

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT07.025

O DESAFIO DO ACOLHIMENTO E EFETIVA INCLUSÃO DE ESTUDANTES LGBTQIAPN+ NAS ESCOLAS

Marcos Chagas Mota¹

José Ernandi Mendes²

Carlos Rochester Ferreira da Silva³

Carlito Alves da Silva Júnior⁴

RESUMO

A Educação escolar é um dos setores da sociedade que promove um grande impacto na vida das pessoas. Sendo a escola parte integrante da sociedade, reproduz no seu cotidiano os padrões culturais e de gênero e sexualidades impostos historicamente às pessoas, onde a heterocisnormatividade ainda é tida como natural e única possibilidade aceitável de ser e viver a sexualidade, apesar de muitos avanços da aceitação da diversidade sexual. Neste contexto, as(os) estudantes LGBTQIAPN+ sofrem violências nas unidades escolares comprometendo a aprendizagem e causando exclusão desse público. O objetivo desse artigo é problematizar a respeito da exclusão sexual e de gênero nas instituições escolares, seus impactos na rotina e aprendizagem das(os) alunas(os) LGBTQIAPN+ e alertar sobre a necessidade de ações para melhor

1 Mestre pelo Curso de Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - MAIE/UECE, marcos.mota1@prof.ce.gov.br;

2 Professor Doutor do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - MAIE/UECE, ernandi.mendes@uece.br;

3 Professor Doutor do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Educação e Ensino da Universidade Estadual do Ceará - MAIE/UECE, rochester.lima@uece.br;

4 Mestre pelo Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Biologia da Universidade Estadual do CearáPROFBIO/UECE, carlito.junior@prof.ce.gov.br.

atender e incluir esse público nos processos educacionais. Para o desenvolvimento desta pesquisa realizamos um levantamento e estudo bibliográfico, que possibilitam uma abordagem teórica e conceitual com teorias relacionadas à temática pesquisada a partir das(os) autoras(es) BUTLER (2003) que argumenta sobre a construção social do gênero e a ordem compulsória entre sexo/gênero/desejo, LOURO (2018) na sua investigação aborda sexualidade, *Teoria Queer* e os impactos na vida dos estudantes tidos como diferentes e QUIRINO (2014) quem em sua pesquisa relaciona a prática docente e a abordagem na educação sexual dos estudantes. Após os estudos realizados comprovamos que é real a discriminação e violência sofrida pelos alunos LGBTQIAPN+ nas escolas brasileiras e que é necessária ações para mudar essa realidade, como por exemplo, melhorar a formação dos professores para melhor acolher e implementar as discussões das sexualidades em seu trabalho pedagógico e políticas públicas em vários setores da sociedade para promover cidadania, inclusão e uma vida digna aos discentes LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: Educação, Sexualidades, Aprendizagem, Inclusão

INTRODUÇÃO

A Educação é um dos setores da sociedade que promove um grande impacto na vida das pessoas, sendo a escola parte integrante da sociedade, reproduz no seu cotidiano os padrões culturais e de sexualidade impostos historicamente aos indivíduos. Tais relações de gênero e sexualidade, quando não são compreendidas nas suas especificidades e ou diferenças, causam impactos negativos na vida dos estudantes e, conseqüentemente, na sociedade.

Segundo a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional do Brasil em 2016, realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) que entrevistou estudantes LGBTQIAPN+ nas escolas de todo o Brasil identificou que 60% se sentiram inseguros(as) nas escolas por causa de sua orientação sexual e 43% por causa de sua identidade/expressão de gênero. 73% desses estudantes foram agredidos verbalmente por causa de sua orientação sexual e 68% por causa de sua identidade/expressão de gênero. E 27% foram agredidos fisicamente por causa de sua orientação sexual e 25% por causa de sua identidade/expressão de gênero. (ABGLT, 2016). Diante da realidade demonstrada pelos dados apresentados questionamos: Quais os impactos na educação desses jovens que passam por essas situações? Até que ponto a violência de gênero e contra os LGBTQIA+ influenciam na frequência, desistência e desempenho acadêmico desses discentes? A cultura organizacional das escolas proporciona a reflexão e discussão dessas problemáticas? Esses conflitos acontecem apenas entre os adolescentes ou também entre docentes e funcionários da instituição? Como melhor atender e incluir os alunos LGBTQIA+ nas escolas brasileiras?

O Brasil é o país que mais mata LGBTQIAPN+ no mundo em uma matéria publicada no site do G1 da Bahia informa que o número de mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil cresceu 13,2% em 2024 (G1, 2025), é importante destacar que este levantamento leva em consideração apenas mortes relacionadas à LGBTfobia. Essa realidade de

discriminação e violência se faz inicia desde o seio familiar, depois nas escolas, nas ruas e nos ambientes profissionais. Assim sendo, tal realidade devastadora merece atenção, reflexão, e estudos para que de forma efetiva possam ser criadas políticas públicas para enfrentar essa violência. A escola é um espaço para a reflexão e diálogo e deve exercer plenamente esse papel, mesmo não sendo ponto central do seu currículo, essas questões vêm a interferir na convivência, aprendizagem e saúde dos estudantes.

Por esta razão, a presente pesquisa se justifica, à medida que as violências sofridas pela comunidade LGBTQIAPN+ nas escolas ainda é alarmante o que acaba por cercear crianças, adolescentes e jovens de exercerem um direito fundamental garantido pelo Artigo

205 Constituição Federal de 1988: “A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 2017) Em diversos casos esse direito não é garantido, pois em espaços escolares esses estudantes encontram um ambiente hostil, segregador e inóspito a sua permanência. Vale lembrar que é preciso antes de tomar alguma decisão para efetivação de ações é necessário investigar e comprovar como essa realidade de exclusão e violência ocorre dentro do ambiente escolar.

Este tema é de grande relevância para a educação e para a sociedade, pois se queremos uma sociedade democrática e justa, devemos garantir esse direito para todos os estudantes. “Os estudantes que são considerados como “estranhos” e “diferentes” de acordo com padrões estabelecidos socialmente se tornarão, os alvos e as preferências das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou de punição. Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões.” (LOURO, 2018, p.16). Dessa forma, é necessário ações para ressignificar e desconstruir os paradigmas de exclusão e subalternidade a que foram e são submetidos historicamente à comunidade LGBTQIA+ dentro das escolas.

A necessidade dessa discussão é urgente e possível a partir da concepção que “o homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado.” (FREIRE, 2019, p. 33) Dessa

forma, as escolas são espaços centrais na construção de uma sociedade mais humana, inclusiva e menos violenta, dando oportunidades com equidade a todos os grupos de estudantes. É na escola que os homens e mulheres conhecem, refletem, discutem e constroem, em grande parte do seu processo de ensino-aprendizagem, seu conhecimento. A escola é espaço primordial para nossa investigação, como podemos comprovar nas ideias de Paulo Freire (2019, p. 81), que afirma:

“Nenhuma ação educativa pode prescindir uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados.”

O objetivo desse artigo é problematizar a respeito da exclusão sexual e de gênero nas instituições escolares, seus impactos na rotina e aprendizagem das(os) alunas(os) LGBTQIAPN+ e alertar sobre a necessidade de ações para melhor atender e incluir esse público nos processos educacionais. Temos como objetivos específicos: Apresentar as concepções de gênero e sexualidade que encontramos na sociedade a partir das pesquisas científicas disponíveis, Problematizar qual o contexto estudantes LGBTQIAPN+ estão inseridos apresentando os desafios encontrados por essas pessoas no ambiente escolar e demonstrar e evidenciar que a escola deve ser um local democrático de conhecimento, aprendizagem, reflexão e acolhimento de todas as pessoas.

Para a realização desta pesquisa foi realizado um levantamento e estudo bibliográfico, que fazem uma abordagem teórica e conceitual com teorias relacionadas à temática pesquisada, assim como, também pesquisas realizadas nesse campo. A partir da seleção desses textos iremos fazer uma análise dos dados e ideias dos autores.

Por ser o homem esse ser inacabado, e por não haver educação fora das sociedades humanas como afirma Freire (2019), se faz necessário perceber as contradições existentes no ambiente escolar de forma a promover a inserção, acolhimento e permanência do (a) aluno (a) LGBTQIa+ no cotidiano escolar permitindo a estes (as) o pleno exercício de seus direitos e garantias constitucionais.

A partir do que foi levantado e discutido no trabalho reafirmamos que apesar de muitos avanços relacionados à diversidade sexual em nossa sociedade, ainda é muito notável a discriminação e preconceito com as pessoas que se diferenciam das questões de gênero e sexualidade na sociedade

DISCUTINDO SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

A educação como espaço de conhecimento e inclusão o padrão cis-gênero e heterossexual que é considerado natural e a única possibilidade para todas as pessoas. Esta discussão também chega até às instituições escolares, já que as mesmas fazem parte da sociedade, e em muitas situações reproduzem os padrões discriminatórios. Dessa forma, dificulta o acesso a permanência e aprendizagem dos estudantes que não se encaixam nos padrões normativos da sociedade relacionados à sexualidade. Contudo é perceptível que é necessária uma mudança de postura, principalmente se queremos uma sociedade democrática e justa, e em muitos dispositivos legais determina que nosso país e nossas escolas devem ser além de instituições livres de preconceito e discriminação de qualquer natureza, também devem promover ações e atividades pedagógicas para promover um ambiente de conhecimento e respeito à diversidade sexual de todas as pessoas.

Em seguida apresentaremos a metodologia deste trabalho. Após nos resultados e discussões abordaremos: As questões de gênero e sexualidade na sociedade, apresentando alguns conceitos relacionados a gênero e sexualidade discutidos na sociedade e na academia; Discutindo sexualidade e educação sexual na escola, argumentando sobre as questões da sexualidade nas instituições escolares; e A educação como espaço de conhecimento e inclusão, reafirmando que as instituições escolares são espaços que devem cumprir os dispositivos legais e devem promover a inclusão, permanência e aprendizagem de todas as pessoas, incluindo as LGBTQIAPN+

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho é bibliográfica e documental, visto que inicialmente foram levantadas pesquisas científicas já realizadas anteriormente sobre as questões de gênero e sexualidade e todas as implicações desta condição no contexto escolar. Como também foi realizada uma seleção do arcabouço legal, principalmente relacionado à educação e o respeito à diversidade sexual, tanto no âmbito federal e do Estado do Ceará.

A pesquisa bibliográfica, conforme Lakatos e Marconi (2017), baseia-se em materiais já elaborados, como livros, artigos e teses, com o objetivo de proporcionar o embasamento teórico que apoia a investigação. Já a pesquisa documental, “baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Gil 2019, p. 51) Já para Lakatos e Marconi (2017) a pesquisa documental o pesquisador utiliza de documentos originais, como forma de evidências factuais, para a compreensão e identificação do fenômeno não dependendo exclusivamente de interpretações prévias de outros autores.

No presente estudo, foram utilizados documentos oficiais—tais como legislações, relatórios governamentais e bases estatísticas — para analisar a realidade pesquisada. Paralelamente, recorreu-se a autores clássicos e contemporâneos que discutem o tema, a fim de articular os dados coletados com os referenciais conceituais já consolidados. A pesquisa bibliográfica é essencial para mapear o estado da arte de um tema e fundamentar a análise crítica, evitando análises superficiais.

Desse modo, a articulação entre a pesquisa documental e bibliográfica possibilitou não apenas a descrição, mas também a interpretação dos fenômenos estudados, assegurando maior rigor científico e validade das conclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA SOCIEDADE

Os temas relacionados às sexualidades sempre despertaram na humanidade uma curiosidade em saber mais sobre o comportamento de homens e mulheres, como também sempre foi objeto de polêmica, penalidades e exclusão. São vários os autores de pesquisadores da temática, e podemos tomar como exemplo Foucault quando ele:

“apresenta a hipótese repressiva da sexualidade, a qual aparece em discursos que situam a era vitoriana burguesa como símbolo da repressão e da interdição do sexo [...] a moral burguesa conduziria a sexualidade para o seio da família conjugal heterossexual, legitimando-a por meio de função reprodutora, imposta como modelo e discurso de verdade.” (FOUCAULT apud CARVALHO; OLIVEIRA, 2017, p. 101).

Essa concepção ainda é perpetuada na sociedade da atualidade, mas vem sofrendo muitas críticas e contestações, onde são apresentadas novas possibilidades de relações sexuais que vão além dessa concepção heteronormativa antigamente conhecida como natural para todas as pessoas.

Outro exemplo de reflexões sobre o gênero e a sexualidade vem de Judith Butler, uma das autoras mais importantes dos estudos do gênero na atualidade. Ela resgata a teoria de Freud, Lacan e Foucault para dar luz a seus argumentos sobre as sexualidades. A autora reflete sobre a ordem compulsória e estabelecida como natural da relação entre sexo/gênero/desejo. Resignifica as concepções sobre masculinidades e feminidades, considerando que o sexo biológico não determina o gênero e que o masculino e feminino são construídos historicamente e culturalmente pelas pessoas e sociedades. (BUTLER, 2016). Essas discussões teóricas vêm nos dar luz sobre a desconstrução dos gêneros, para reconhecer e legitimar as identidades e orientações sexuais até então tidas como desviantes do “normal” e, durante séculos, vistas como patológicas. Para então garantir a esses sujeitos subalternizados: cidadania, direitos e respeito.

Énotável sexualidade das pessoas sempre foi um tema que despertou e desperta interesse, curiosidade, polêmicas e disputas de poder. Nesse contexto, a heterocisnormatividade⁵ sempre teve um lugar de natural e normal em uma sociedade que discrimina quem não está em conformidade com a heterossexualidade e a cisgeneridade.

Nesta seção serão abordados conceitos que vão diferenciar sexo e gênero e também quais são as implicações no ambiente escolar para as pessoas que não estão adequadas ao padrão estabelecido socialmente que é se identificar com o sexo do nascimento, que é identificado a partir da genitália dos bebês. Porém,

[...]se aceitarmos que o gênero é construído e que não está, sob nenhuma forma, “natural” ou inevitavelmente preso ao sexo, então a distinção entre sexo e gênero parecerá cada vez mais instável. Assim, o gênero é radicalmente independente do sexo. (SALITH, 2019 p. 71).

De acordo com a fala desta autora há uma distinção entre sexo e gênero, o sexo é identificado a partir do nascimento principalmente pela genitália, como também pelos órgãos reprodutores. Já o gênero é uma questão de construção histórico-social. Assim sendo as pessoas que se identificam com o sexo de nascimento são as pessoas cisgênero. Mesmo assim ainda há pessoas que são intersexo, pois nascem com uma anatomia que não se coforma completamente com um dos sexos.

No entanto, já é percebido na realidade e confirmada por várias pesquisas científicas que nem todas as pessoas se identificam com o sexo de

5 Termo que está relacionado a norma social que estabelece e impõe que todas as pessoas são heterossexuais (sentem desejo por pessoas do sexo oposto) e cisgênero (se identificam e se conformam com o seu sexo biológico).

nascimento, neste caso são pessoas travestis⁶, transexuais⁷ e/ou transgêneros⁸ de acordo com a identificação de cada ser. Conclui-se que “O gênero não acontece de uma vez por todas quando nascemos, mas é uma sequência de atos repetidos que se enrijece até adquirir a aparência de algo que esteve ali o tempo todo.” (SALITH, 2019 p.94).

Essa concepção de construção de gênero é crucial para se compreender a diversidade das identidades sexuais, pois a estética e comportamento que atribuí-se a homens e mulheres foram sendo construídos historicamente e socialmente até se cristalizar. Para melhor ilustrar essas distinções observem a figura a seguir:

Figura 1 - Identidade de Gênero, Orientação Sexual e Sexo Biológico



Fonte: Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (2018)

- 6 Travesti: É uma identidade de gênero que se desenvolveu na América Latina, especialmente no contexto brasileiro. Travestis se identificam como mulheres e constroem essa identidade através da expressão de gênero, com ou sem transição médica. O termo “travesti” também carrega um forte peso político e histórico, muitas vezes associado à resistência e à luta por direitos.
- 7 ⁷ Transexual: É um termo mais específico dentro do espectro transgênero. Transexuais geralmente se identificam com o gênero oposto ao seu sexo biológico e podem buscar transição médica, como terapia hormonal e cirurgias de redesignação sexual, para alinhar seu corpo com sua identidade de gênero.
- 8 Transgênero: É um termo guarda-chuva que engloba todas as identidades de gênero que não se alinham com o gênero designado ao nascer. Isso inclui homens trans, mulheres trans, travestis, pessoas não-binárias e outras identidades trans.

Complementando a discussão a autora Judith Butler destaca que “A categoria sexo pertence a um sistema de heterossexualidade compulsória que claramente opera através de um sistema de reprodução sexual compulsória [...]” (BUTLER, 2016, p 193).

Ou seja, na sociedade se espera que a orientação sexual das pessoas seja compulsoriamente a heterossexual. A autora também afirma, como já citamos anteriormente, que há uma ordem compulsória entre sexo e gênero, nesse sentido, que todas as pessoas deveriam se identificar com o sexo do nascimento, o que não se confirma na realidade já que muitos não se adequam a essa conformidade.

Inicialmente foi esclarecido sobre a sexualidade, pontuando principalmente a identidade de gênero, e as pessoas que são travestis, transexuais e transgêneros. Utilizou-se esses três termos para deixar claro o quanto é diversa a identidade de gênero, pois mesmo estas pessoas estando em sua situação de identificação dentro de uma mesma situação se identificam de formas diversas. E como essas pessoas são acolhidas pela escola? Há uma gestão escolar voltada para o acolhimento, permanência e sucesso na aprendizagem de pessoas trans? Ainda há desafios?

É urgente a necessidade de problematizar nossa realidade, apresentar o conhecimento científico disponível para contestar principalmente as ações discriminatórias que estão em vários espaços sociais, seja na política, no direito ou na medicina, encontramos muitas formas e mecanismos de discriminar e invisibilizar a diversidade sexual. Historicamente sempre houveram esses tensionamentos, porém é necessária para além do debate ações concretas para assegurar o direito e uma vida cidadã e sem violência para as pessoas LGBTQUIAPN+.

DISCUTINDO SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Sabemos que gênero, educação sexual, orientação sexual e sexualidades sempre foram um tabu e polêmica para ser abordado nas escolas. A religião e os grupos conservadores da sociedade e na política fazem

pressão para cada vez mais para proibir que essa discussão e essas informações estejam disponíveis aos estudantes. Enquanto isso, os estudantes LGBTQIAPN+ sofrem preconceito, discriminação e violências no ambiente escolar, causando problemas de aprendizagem e traumas psicológicos. Muitos desses estudantes chegam até a abandonar os estudos. Podemos ainda adicionar a essa problemática as dificuldades de promover políticas e prevenção de DST's, gravidez na adolescência e de todos os tipos de violências causadas pela intolerância ao gênero, orientação sexual e educação sexual.

“Em nossa sociedade ainda há o predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias [...]. Dentre essas atitudes, encontramos as discriminações de gênero e por orientação sexual que são reproduzidas [...], inclusive na escola” (QUIRINO 2014, p. 25). A escola é um espaço de reflexão, inclusão e transformação da sociedade e não pode simplesmente reproduzir os comportamentos e atitudes que fazem sofrer e impedem o desenvolvimento cognitivo de muitos estudantes.

Quirino (2014) também identificou em sua pesquisa que na escola estudada, na teoria estudada e em outras pesquisas já realizadas, se identifica que a abordagem da sexualidade nas escolas é pautada em aspectos biologizante e higienista, quase que exclusivamente trabalhada por professores de biologia ou das ciências sociais e desconsiderando que a sexualidade também é construída historicamente, culturalmente e socialmente. Professores, funcionários e gestores ainda atuam de forma que não atendem as necessidades de conhecimento, informação e cuidados para com o corpo discente.

Para modificar essa realidade é preciso que todos os atores e atrizes da educação estejam envolvidos em conhecer melhor as temáticas e desenvolver ações pedagógicas que atendam as necessidades de todos os estudantes.

Vários documentos legais já traziam em seus textos a necessidade de se tratar dessas temáticas na escola, mas não foram implementadas de forma efetiva. Na atualidade já várias tentativas políticas de silenciar

as discussões de gênero e sexualidade na escola, podemos citar o movimento “escola sem partido” e na edição de documentos legais como a Base Nacional Comum Curricular, como foi noticiado pela Agência Brasil (TOKARNIA, 2017): “MEC retira o termo “orientação sexual” da versão final da Base Curricular”. Mesmo com todas essas tentativas, a sexualidade ainda faz parte do marco legal da educação em nosso país, inclusive na BNCC onde é abordada na Unidade Temática Vida e Evolução, objeto de conhecimento: Sexualidade, onde encontramos a habilidade: “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da Sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).” (BRASIL, 2018).

A República Federativa do Brasil enquanto signatária da Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelece em todo o seu ordenamento legal e jurídico a proteção da dignidade humana para todas as pessoas.

Na Constituição Federal de 1988 no Art. 3º que apresenta os objetivos fundamentais do país: “I- construir uma sociedade livre, justa e solidária; [...] IV - promover o bem de todos, sem preconceito de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”(BRASIL, 2022 p. 8). E mais adiante no texto constitucional, no Capítulo III, Seção I - Da Educação encontra-se o “Art. 205. A Educação, direito de todos...”(BRASIL, 2022 p. 89) Todos significa que são todas as pessoas sejam estas homens, mulheres, intersexo, cisgênero ou transgênero.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em 1996, mas que já passou por várias modificações, dentre os seus princípios estão: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância;”(BRASIL, 1996). Na principal Lei da Educação do Brasil já assegura em seus princípios de liberdade, pluralismo e apreço à tolerância o quando é necessária as discussões de gênero e sexualidade estarem presentes no ambiente escolar, principalmente para assegurar a permanência e aprendizagem de estudantes LGBTQIAPN+ e que estes não sejam alvos de constrangimentos, preconceito, discriminação e violências.

Para que essas demandas sejam implementadas efetivamente na escola, os gestores escolares têm um papel fundamental na orientação e formação dos docentes, tanto para compreender melhor essas temáticas, como também para promover essas discussões em suas aulas, projetos e eventos da escola. Além disso, devem estar atentos para acompanhar a prática pedagógica e sugerir possíveis aprimoramentos. Não podemos esquecer que a voz e a participação dos estudantes é fundamental nesse processo pois eles são impactados diretamente pelas ações da escola e estas devem atender às necessidades dos aprendizes. “É necessário conhecer as demandas das pessoas e suas experiências para aliar teoria e prática pedagógica emancipadora [...] para que alcance uma educação crítica e reflexiva” (QUIRINO, 2014 p. 43).

A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE CONHECIMENTO E INCLUSÃO

A educação tanto formal quanto informal tem um papel fundamental para refletir sobre as sexualidades e difundir as ideias discutidas na teoria de gênero e que já é consenso científico. As escolas são espaços onde acontecem diversos conflitos que estão relacionados ao gênero e sexualidades e que causam danos às relações entre e as pessoas, principalmente no ambiente escolar pois nos dias de hoje a sexualidade

“... continua alvo da vigilância e do controle, agora amplificam-se e diversificam-se suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que autorizam a ditar-lhes as normas, a definir padrões de pureza, sanidade ou insanidade, a delimitar-lhe os saberes e as práticas pertinentes, adequados ou infames.” (LOURO, 2018, p. 25).

A escola não deve ser um espaço de fiscalização e castração da sexualidade, mas um local de acolhimento, informação, conhecimento e de defesa dos direitos fundamentais dos indivíduos. E isso é um desafio para as escolas pelo fato de que

“A educação institucionalizada [...] serviu [...] ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à

máquina produtiva em expansão no sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes.”(MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Dessa forma é necessário que as pessoas que fazem parte do ambiente escolar “[...] sejam sensibilizados/as e capacitados/as para implementação de prática docente emancipatória, cidadã e sensível a diversidade de gênero se sexual que está presente no cotidiano em sala [...]” (QUIRINO, 2014, p. 30).

Todas essas discussões apresentadas pelos autores instiga um apelo à mudança, as escolas são instituições que devem promover o conhecimento, e a partir de uma educação problematizadora e crítica, os sujeitos que nela se encontram podem buscar meios de contestar, reivindicar e criar estratégias para mudar suas realidades. Pois como já defendia Paulo Freire (2019, p. 38): “Quando o homem (ser humano)⁹ compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos argumentos, dados e reflexões apresentados neste trabalho, bem como das ideias fundamentadas principalmente nas obras de Quirino (2014), Louro (2018) e Butler (2016), torna-se evidente que as atitudes discriminatórias, preconceituosas e violentas contra pessoas LGBTQIAPN+ ainda persistem em nossa sociedade e, de forma preocupante, encontram eco também no interior das escolas. Esses espaços, que deveriam ser ambientes de formação cidadã, crítica e emancipatória, muitas vezes acabam reproduzindo os mesmos padrões de exclusão, silenciamento e hierarquização de corpos e identidades que marcam a estrutura social mais ampla. Tal constatação impõe um desafio ético e político

9 Grifo meu.

urgente: transformar a escola em um espaço efetivamente democrático, de acolhimento e respeito à diversidade.

A escola, enquanto instituição social, reflete, mas também pode reconfigurar os valores culturais e morais da sociedade. Assim, torna-se fundamental reconhecer seu papel estratégico na desconstrução de estigmas e na promoção de uma educação comprometida com os direitos humanos. Como apontam os referenciais teóricos utilizados, as experiências escolares estão profundamente atravessadas por relações de poder, gênero e sexualidade que definem quem é aceito e quem é marginalizado. Butler (2016) nos alerta para o caráter performativo do gênero e para a necessidade de romper com a lógica heterocisnormativa que define quais corpos são legítimos e quais são excluídos. Louro (2018), por sua vez, evidencia que a escola é um espaço privilegiado para questionar essas normas, na medida em que ali se constroem, reproduzem e também se transformam representações sobre masculinidades, feminilidades e sexualidades.

Nessa perspectiva, compreende-se que a educação formal e informal é um instrumento essencial para provocar mudanças profundas nos modos de pensar e agir. A escola deve ser entendida não apenas como um espaço de transmissão de conteúdos, mas sobretudo como um local de convivência, diálogo e exercício da cidadania. As instituições públicas e privadas de ensino têm, portanto, uma responsabilidade social inegável em promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e garantam a inclusão de todos os sujeitos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Os gestores escolares e professores, como mediadores do conhecimento e das relações interpessoais, assumem papel central nesse processo. Cabe a eles fomentar uma cultura escolar pautada na escuta, no respeito e na solidariedade, combatendo as formas de discriminação que ainda se manifestam no cotidiano das salas de aula, dos pátios e das relações entre colegas. A formação inicial e continuada desses profissionais precisa contemplar discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade,

não como um complemento periférico, mas como um eixo estruturante da prática educativa. Como defendem Quirino (2014) e Freire (2019), é pela formação crítica e humanizadora que o educador pode se tornar um agente de transformação social.

Além disso, é preciso reconhecer que as práticas discriminatórias dentro das escolas não são episódios isolados, mas parte de um sistema mais amplo de opressões, sustentado por uma cultura patriarcal e heteronormativa que ainda estrutura as instituições brasileiras. A educação, nesse contexto, tem um papel contra-hegemônico, na medida em que pode questionar e romper com esses padrões de exclusão. Políticas públicas educacionais voltadas à diversidade, programas de formação docente, projetos pedagógicos inclusivos e espaços de diálogo são estratégias indispensáveis para a construção de um ambiente escolar mais equitativo e seguro.

A efetiva implementação dessas ações depende também do compromisso das instâncias governamentais. A elaboração de políticas públicas de inclusão e respeito à diversidade sexual e de gênero deve ser prioridade do Estado brasileiro, não apenas como resposta às demandas da comunidade LGBTQIAPN+, mas como condição essencial para consolidar uma sociedade verdadeiramente democrática. Essas políticas precisam articular ações intersetoriais que envolvam saúde, cultura, assistência social e direitos humanos, reconhecendo que a exclusão escolar é apenas uma das faces da exclusão social mais ampla que atinge essas populações.

É igualmente importante destacar que o debate sobre sexualidade e gênero não se restringe ao contexto educacional. Ele atravessa a vida em sociedade e deve ser enfrentado como uma questão de cidadania, dignidade e justiça social. A escola, como espaço de formação de sujeitos críticos, tem o dever de preparar os estudantes para conviver com a pluralidade de identidades e modos de ser. Como lembra Freire (2019), a educação deve possibilitar que os homens e mulheres compreendam sua realidade para transformá-la, e isso inclui o enfrentamento das desi-

gualdades de gênero e sexualidade que ainda produzem sofrimento e exclusão.

Nesse sentido, é urgente que os currículos escolares contemplem conteúdos que abordem a diversidade sexual de maneira transversal e crítica, possibilitando aos estudantes compreender os processos históricos e sociais que constroem as identidades de gênero e orientações sexuais. Tal abordagem contribui não apenas para o combate à LGBTfobia, mas também para o fortalecimento de valores éticos, empáticos e solidários. A ausência dessas discussões, ao contrário, reforça estigmas e legítima violências simbólicas e físicas contra estudantes LGBTQIAPN+.

A pesquisa aqui desenvolvida demonstra que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a escola brasileira se torne verdadeiramente inclusiva. Apesar dos avanços legais e de políticas públicas já implementadas, o cotidiano escolar continua marcado por práticas discriminatórias e por uma cultura institucional que, muitas vezes, naturaliza a exclusão. Essa constatação reforça a necessidade de se investir na formação docente, na revisão dos currículos e na criação de espaços de diálogo entre professores, estudantes e famílias.

Outro aspecto relevante diz respeito à produção de conhecimento científico sobre o tema. Ainda são escassas as investigações empíricas que abordam de forma aprofundada as experiências escolares de estudantes LGBTQIAPN+. Incentivar novas pesquisas e ampliar o debate acadêmico é fundamental para construir estratégias pedagógicas e políticas públicas mais eficazes. Universidades e centros de pesquisa têm papel decisivo nesse processo, devendo promover programas de extensão e projetos que articulem teoria e prática, escola e comunidade.

É importante reforçar que o enfrentamento à LGBTfobia nas escolas não se limita à criação de normas ou campanhas isoladas. Trata-se de um processo contínuo de transformação cultural que exige o envolvimento de toda a comunidade escolar—gestores, professores, estudantes, famílias e sociedade civil. A educação, quando concebida como prática da

liberdade, torna-se uma ferramenta poderosa para emancipar sujeitos, fortalecer identidades e promover justiça social.

Conclui-se, portanto, que a efetiva inclusão de estudantes LGBT-QIAPN+ nas escolas brasileiras é um desafio que ultrapassa os muros das instituições de ensino, mas que nelas encontra um ponto de partida essencial. É nas práticas cotidianas, nos currículos que se constroem, nas relações interpessoais e nas políticas educacionais que se define se a escola será um espaço de opressão ou de libertação. Cabe a nós, pesquisadores, educadores e cidadãos, escolher o caminho da empatia, da escuta e do respeito, construindo coletivamente uma educação que celebre a diversidade e assegure, a todos e todas, o direito de aprender, de ser e de existir com dignidade. Somente assim poderemos afirmar que estamos caminhando rumo a uma sociedade realmente democrática, plural e humanizada. Uma sociedade em que cada sujeito possa viver sua identidade sem medo, e onde a escola seja, de fato, o lugar do encontro, do acolhimento e da transformação.

REFERÊNCIAS

- ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 20/02/2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. [livro eletrônico]. Brasília: Senado Federal, Coordenação das Edições Técnicas, 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 58. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.
- BRASIL(Ministério da Educação). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF,

23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em:

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da sexualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, Guilherme Paiva; OLIVEIRA, Aryanne Sérgia Queiroz. **Discurso Poder e Sexualidade em Foucault**. In Revista Dialectus, Ano 4, n. 11, agosto-dezembro 2017. P. 100-115. Disponível em: <file:///C:/Users/marco/Downloads/31003-Texto%20do%20artigo-91673-1-10-20171229.pdf>. Acesso em 21/02/2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 40ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

G1. **Mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil crescem 13,2 % em 2024**. G1, 18 jan. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/01/18/mortes-lgbtqiapn-brasil.ghtml>. Acesso em: 21/10/2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho-ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

QUIRINO, Glauberto da Silva. **Prática docente em sexualidade e educação sexual no espaço escolar**. Curitiba: Appris, 2014.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro. 1ªEd. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TOKARNIA, Mariana. (2017). **MEC retira o termo “orientação sexual” da versão final da Base Curricular**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>. Acesso em: 05/08/2020.